

CASAMENTO DE ESTRANGEIRO

Pelo menos um dos nubentes deverá residir na sede de competência do Registro Civil. Além dos documentos e procedimentos comuns para o casamento entre brasileiros será exigido **do nubente estrangeiro** o seguinte:

- 1) **Solteiro: Prova de idade, estado civil e filiação por quaisquer dos seguintes documentos:** Cédula especial de identidade de estrangeiro, emitida pela Polícia Federal do Brasil; Passaporte; Atestado consular ou Certidão de Nascimento;

- 2) **Divorciado:** Certidão do Casamento anterior atualizada, expedida há 60 dias contados da data da autuação do processo de habilitação (art. 134, § 7º da CNNR/RS), com averbação e/ou sentença do Divórcio. Caso a certidão de casamento não faça menção aos nomes dos pais do(a) nubente ou a seu local de nascimento, apresentar um dos documentos acima arrolados para os solteiros;

Deverá ser apresentada a homologação da sentença estrangeira de divórcio pelo STJ, caso o divórcio não tenha sido consensual, ou se houve disposição sobre guarda de filhos, alimentos ou partilha de bens – art. 961, par. 5º do novo CPC, Prov. 53 do CNJ, art. 105, inciso I, alínea “i” da CF.

Comprovante de realização da partilha de bens do casamento anterior, ou declaração de inexistência de bens, nos termos do artigo 134, § 9º da CNNR/RS, sob pena de ser imposto o regime da separação obrigatória de bens, conforme artigos 1641, I c/c art. 1523, III do CCB.

Viúvo: Certidão do Casamento anterior atualizada, expedida há 60 dias contados da data da autuação do processo de habilitação (art. 134, § 7º da CNNR/RS). Caso a certidão de casamento não faça menção aos nomes dos pais do(a) nubente ou a seu local de nascimento, apresentar um dos documentos acima arrolados para os solteiros;

Além dos documentos acima apresentar certidão de óbito do cônjuge falecido.

Comprovante de realização da partilha de bens do casamento anterior, caso o viúvo ou a viúva tiver filho do cônjuge falecido ou declaração de inexistência de bens, nos termos do artigo 134, § 9º da CNNR/RS, sob pena de ser imposto o regime da separação obrigatória de bens, conforme artigos 1641, I c/c art. 1523, I do CCB.

- 3) **Ao chegar ao Brasil, todos os documentos estrangeiros (certidões de nascimento, casamento, óbito, sentença de divórcio, etc...) deverão estar acompanhados da Apostila de Haia, traduzidos por Tradutor Juramentado, e registrados, original e tradução, no Cartório de Títulos e Documentos (art. 129, § 6º da Lei 6015/73).**

A Apostila de Haia¹ é um certificado de autenticidade emitido por países signatários da Convenção de Haia, que é colocado em um documento público para atestar sua **origem** (assinatura, cargo de agente público, selo ou carimbo de instituição). Vide Decreto 8.660/2016 e Resoluções 155 e 228/2016 do CNJ.

De acordo com o artigo 20 da Resolução 228, “serão aceitos, **até 14 de fevereiro de 2017**, os documentos estrangeiros legalizados anteriormente a 14 de agosto de 2016, por Embaixadas e Repartições Consulares brasileiras em países partes da Convenção da Apostila”. Após esta data, documentos emitidos por países partes da Convenção da Apostila somente poderão ser utilizados no Brasil se devidamente apostilados.

- 4) Comprovante da situação regular no país – art. 134-A da CNNR/RS: Visto válido, ou protocolo de pedido de refúgio, nos termos da legislação vigente; Cópia autenticada das páginas principais do passaporte e último visto de entrada no país, ou Carteira de Identidade de Estrangeiro Permanente. Se o portador comparecer pessoalmente deverá também apresentar o passaporte original. Obs.: Para deslocamento nos países da América do Sul, basta a carteira de identidade do país de origem.
- 5) Caso o estrangeiro não saiba o idioma português, deverá comparecer tradutor público para servir de intérprete. Não havendo tradutor, outra pessoa capaz, a juízo do Oficial do Registro Civil (art. 134-B da CNNR/RS). Os custos correrão por conta dos interessados.

¹ De acordo com a Resolução 228 do CNJ, não será exigida a aposição de apostila quando, no país onde o documento deva produzir efeitos, a legislação em vigor, tratado, convenção ou acordo de que a República Federativa do Brasil seja parte afaste ou dispense o ato de legalização diplomática ou consular.

Permanece regido pelas normas do Ministério das Relações Exteriores o procedimento de legalização diplomática ou consular de documentos que tenham como origem ou destino países que não sejam partes da Convenção da Apostila.

- 6) PROCURAÇÃO: Se o encaminhamento e/ou celebração do casamento for por procuração, a mesma deverá ser por instrumento público - feita em tabelionato de notas ou no Consulado/Embaixada do Brasil, com eficácia máxima de noventa (90) dias (art. 1542, § 3º do CCB).

Minuta dos poderes: *“representá-lo(a) no processo de habilitação e na celebração do casamento com (nome completo da pessoa com quem vai casar); podendo para tanto assinar e apresentar todos os documentos e declarações necessários; optar pelo regime(declarar o regime de bens), passando a utilizar o nome de(mencionar o nome que usarão após o casamento); representá-lo(a) junto ao Serviço de Registro Civil e perante o Juiz de Paz competente, tudo requerendo, promovendo, assinando e declarando para o fiel cumprimento do presente mandato. A PROCURAÇÃO TERÁ EFICÁCIA DE 90 (noventa) dias. “*

Caso o regime de bens não seja o da comunhão parcial, deverá constar na procuração poderes para representá-lo(a) junto a tabelionato de notas e assinar escritura pública de pacto antenupcial.

Observação: Os registros de casamentos de estrangeiros serão comunicados mensalmente à DPMAF – Divisão de Polícia Marítima, Aeroportuária e de Fronteiras da Polícia Federal, nos termos do artigo 94, § 8º da CNNR/RS.